

# Pauta prioritária para o recesso inclui plebiscito, portos e reforma agrária

O Congresso Nacional iniciou hoje seus trabalhos do mês de julho, atendendo à convocação extraordinária do presidente Fernando Collor de Mello e à autoconvocação definida pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, informou a Agência Brasil.

Na abertura dos trabalhos, o presidente do Senado, Mauro Benevides, pediu aos congressistas que permaneçam em Brasília durante o período. "Precisamos dar quórum às votações", afirmou.

Ontem o presidente Collor enviou a mensagem convocando extraordinariamente o Congresso até o dia 31 deste mês.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, preferiu destacar os ganhos que o País terá com a aprovação dos projetos ao custo da convocação extraordinária do Congresso. "O ministro da Economia não olha centavos. Ele olha os milhões de cruzeiros e os bilhões de cruzeiros que o Brasil ganhará", disse Marcílio. Como exemplo, citou a modernização dos serviços portuários, que renderá, só em exportações, de US\$ 2 a US\$ 3 bilhões. "Não podemos ficar na mesquinharia de pequenos números", acentuou o ministro, referindo-se às previsões de despesas com a convocação do Congresso.

A alteração de prazo para a realização do plebiscito sobre regime e sistema de governo e revisão constitucional, de autoria do deputado José Serra (PSDB-SP), o ajuste fiscal, a modernização dos serviços portuários e a proposta de isonomia salarial encabeçam a lista de projetos que devem ser votados, neste mês, pelo Congresso.

A pauta de convocação do Executivo tem 22 itens, enquanto a pauta do próprio Congresso é composta por oito itens. Há vários projetos comuns às duas convocações.

A pauta da convocação feita pelo presidente Collor é a seguinte:

- Ajuste fiscal
- Normas para licitações e contratos da administração pública

- Primeira revisão do Plano Plurianual para o triênio 1993-1995

- Alteração das diretrizes orçamentárias

- Incentivos fiscais para capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária

- Modernização dos serviços portuários (para ser votado no Senado)

- Proteção à propriedade industrial

- Proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização no País

- Criação da Secretaria Especial de Controle Interno

- Projeto que disciplina os limites de despesa com funcionalismo público em 65% da arrecadação de estados e municípios

- Alteração na estrutura do Ministério das Relações Exteriores

- Fundos de investimento imobiliário

- Organização da segurança social e plano de custeio

- Isonomia salarial entre os três Poderes

- Lei orgânica da advocacia geral da União

- Criação do centro de inteligência e reorganização da Secretaria de Assuntos Estratégicos

- Desregulamentação já da pauta elaborada pelo Congresso, constam os seguintes projetos:

- Antecipação do plebiscito sobre sistema de governo e revisão constitucional (comum às duas convocações)

- Regulamentação de dispositivos constitucionais sobre reforma agrária (comum votação no Senado)

- Concessão de serviços e obras públicas à iniciativa privada (comum)

- Normas para licitações e contratos da administração pública

- Limites de despesa com funcionalismo público (comum)

- Alteração da lei que proíbe repasse de verbas públicas para previdência privada (comum)

- Limite de endividamento de estados e municípios

- Isonomia salarial entre os três Poderes.